



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

1. DO PREÂMBULO

1.1. O Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, com sede na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, através do seu Presidente e do Setor de Suprimentos, torna público que se acha aberta a presente licitação, sob a forma de execução indireta, em regime de TAREFA, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL sob n.º 76/2020**, a qual será processada e julgada nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02, Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 13.434/2010, Instrução Normativa n.º 04/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. A Pregoeira Maria Alice Silva Santos, nomeado pelo Ato n.º 1.073, de 19 de dezembro de 2019, processará e julgará a presente licitação, devidamente auxiliado pela Equipe de Apoio, nos termos do artigo 3.º da mesma norma.

1.3. A sessão pública terá início no dia **04/08/2020, às 08h30min, na Sala de Licitações, situada no endereço mencionado acima.**

1.4. Os envelopes deverão ser entregues à Pregoeira quando da abertura da sessão pública.

1.5. Iniciada a abertura do envelope “Proposta”, não serão aceitos novos proponentes.

1.6. As empresas que não se fizerem representar no momento da sessão pública poderão enviar seus envelopes da melhor maneira que lhes couber, observadas todas as condições dispostas neste edital.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para contratação de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE COM MOTORISTA**, conforme disposto neste Edital e em seus Anexos, que fazem parte integrante deste instrumento.

2.2. Compõem o presente edital:

2.2.1. Anexo 1 - Termo de Referência e Modelo de Proposta;

2.2.2. Anexo 2 - Minuta da Ata de Registro de Preços;

2.2.3. Anexo 3 - Minuta do Pedido de Fornecimento;

2.2.4. Anexo 4 - Memorial de Segurança;

2.2.5. Anexo 5 - Protocolo de retirada do Edital.

2.3. Os documentos estão agrupados em anexos separados, porém, todos eles se completam.

2.4. A proponente deve, ao valer-se do edital, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do Pregão e a formalização contratual, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

3. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre o SEMAE e o vencedor do certame, terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao de sua assinatura.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação os interessados previamente cadastrados neste órgão ou não, desde que atendam todas as condições habilitatórias exigidas neste Instrumento.

4.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, desde que, não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.

4.3. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93, não será permitida a participação de:

4.3.1. Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas nos termos do inc. IV, art. 87, da Lei 8.666/93 e que não tenham restabelecida sua idoneidade;

4.3.2. Pessoas físicas ou jurídicas que estejam cumprindo a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SEMAE, conforme inc. III, do art. 87, da Lei 8.666/93;



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

4.3.3. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido penalizadas, pelo SEMAE, por prática de qualquer dos atos previstos no art. 7º, da Lei Federal n.º 10.520/02, cuja penalidade esteja em vigência na data de abertura da licitação;

4.3.4. Empresas que sejam constituídas sob forma de consórcio.

4.4. A participação na presente licitação implica, tacitamente, para a licitante:

4.4.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste edital e em seus anexos;

4.4.2. A observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

4.4.3. A responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5. DO CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

5.1. Todos os documentos mencionados neste item deverão ser entregues ao Pregoeiro, pelo portador, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes.

5.2. O representante da licitante deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

5.3. Será admitido apenas um (1) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5.4. Para o credenciamento deverão ser apresentadas cópias autenticadas em cartório dos documentos abaixo relacionados:

5.4.1. Tratando-se de representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações:

5.4.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

5.4.1.2. Sociedade Comercial: Contrato Constitutivo e as alterações referentes ao capital social, endereço ou razão social ou somente a última alteração, se estiver consolidada. Todos esses documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas.

5.4.1.3. Sociedade por Ações: Estatuto Constitutivo acompanhado das Atas das Assembleias, devidamente arquivadas no registro competente e publicadas no Diário Oficial.

5.4.1.4. Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.4.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4.2. Tratando-se de procurador, além dos documentos constantes no subitem 5.4.1, deverá ser apresentada:

5.4.2.1. Procuração por instrumento público ou procuração por instrumento particular com a **firma do representante legal reconhecida em cartório**, no qual constem poderes específicos, conforme dizeres abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, CREDENCIO o Sr. (nome completo), portador da cédula de identidade sob R.G. n.º e inscrito no CPF sob n.º, para representá-la perante o SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA em licitações na modalidade Pregão, podendo formular lances verbais, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os atos inerentes ao certame, em todas as fases, inclusive OUTORGO poderes para assinatura de contrato.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

5.5. Os documentos indicados no subitem 5.4 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral Completo emitido pelo SEMAE, exceto o constante no subitem 5.4.2.1 que somente poderá ser substituído pelo CRC se nesse constar o nome da pessoa que representará a empresa.

5.6. A ausência da apresentação ou incorreção dos documentos acima acarretará o não credenciamento do representante da licitante, impedindo-o de se manifestar durante as sessões, ofertar lances verbais e manifestar o direito de interpor recurso administrativo, cabendo tão somente o acompanhamento dos trabalhos, com exceção da declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, cuja ausência acarretará a exclusão da licitante do certame.



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

5.7. Das Declarações

5.7.1. Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, nos seguintes termos:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, empresa interessada em participar do Pregão que visa a aquisição de, **DECLARO, sob as penas da lei, o pleno cumprimento aos requisitos de habilitação.**

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

5.7.2. Declaração de que a licitante é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, **DECLARO** sob as penas da Lei, que a mesma é considerada (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, cujos termos conheço na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos previstos na referida Lei; e também que no exercício anterior ao da presente licitação, a empresa não obteve faturamento bruto superior aos limites previstos no art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

Declaro, ainda, estar ciente de que, não apresentando a documentação para comprovação da regularidade fiscal, conforme determina a referida legislação, poderei sofrer as sanções previstas em lei e neste edital.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

5.7.2.1. Comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), através de documento expedido por órgão de registro competente (Junta Comercial ou Cartório de Pessoas Jurídicas) que conste de forma objetiva o devido enquadramento e tenha sido emitido em até 90 (noventa) dias anteriores à data da licitação.

5.7.3. A ausência da declaração e respectiva comprovação constante no subitem anterior não impedirão o credenciamento da licitante e apenas indicará que a mesma optou por não se valer dos benefícios previstos na LC n.º 123/2006.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes, de papel opaco, deverão ser entregues fechados e indevassáveis, cujas bordas de fechamento deverão conter a rubrica do representante da Licitante, para convalidar a não violação de sua abertura oficial.

6.2. Na parte externa dos envelopes deverá conter:

6.2.1. Identificação do órgão: Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba.

6.2.2. Identificação dos envelopes: Proposta Comercial e Documentos

6.2.3. Número da licitação.

6.2.4. Data e hora limite para entrega dos envelopes.

6.2.5. Razão social, endereço completo e CNPJ/MF do Licitante.

7. DO ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL

7.1. O envelope deverá conter a proposta propriamente dita, única, em português, sem rasuras, emendas ou ressalvas em seus itens essenciais, digitada em papel timbrado da empresa, observado o disposto no anexo 1, com os seguintes dados:

7.1.1. Razão social, endereço, número do CNPJ/MF e do telefone.

7.1.2. Número do Pregão e do Processo.

7.1.3. Descrição completa dos serviços ofertados, contendo todas as suas características técnicas compatíveis com as mínimas exigidas no edital.

7.1.4. Data, identificação e assinatura do representante legal da empresa ao final da proposta.

7.2. Na omissão dos prazos de entrega, de pagamento e de validade da proposta, serão considerados os constantes do edital.

7.1. Além das disposições expressas neste edital, as propostas sujeitam-se à legislação vigente.



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

8. DOS VALORES MÁXIMOS

8.1. O valor máximo que a Administração se propõe a pagar é R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por hora trabalhada.

9. DO ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTOS

9.1. A Habilitação do licitante consiste na comprovação de sua qualificação de acordo com o Certificado de Registro Cadastral Completo - CRC emitido pelo SEMAE ou com os documentos abaixo.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA - Se os documentos constantes para habilitação jurídica já tiverem sido apresentados no momento do credenciamento, não há necessidade de sua reapresentação neste envelope.

9.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2. Sociedade Comercial: Contrato Constitutivo e as alterações referentes ao capital social, endereço ou razão social ou somente a última alteração, se estiver consolidada. Todos esses documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas.

9.2.3. Sociedade por Ações: Estatuto Constitutivo acompanhado das Atas das Assembléias, devidamente arquivadas no registro competente e publicadas no Diário Oficial.

9.2.4. Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

9.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. REGULARIDADE FISCAL

9.3.1. Prova de inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

9.3.2. Prova de regularidade na Fazenda Federal;

9.3.2.1. A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada pela Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a qual abrange inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991.

9.3.3. Prova de regularidade no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

9.3.4. Prova de regularidade na Fazenda Municipal da sede da licitante;

9.3.5. Prova de regularidade no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos da Lei 12.440/11.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Certidão negativa de falência e recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na hipótese de haver mais de um cartório distribuidor, a licitante deverá apresentar certidão negativa de cada cartório existente.

9.4.1.1. As licitantes sediadas no Estado de São Paulo deverão observar o Comunicado SPI nº 53/2015 publicado no Diário da Justiça Eletrônico aos 02/09/2015, Caderno Administrativo, Edição 1959, 11.

9.4.1.2. Nos termos do exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo na Súmula nº 50 e nos Processos TCs-3987.989.15-9, 4033.989.15-3, 00007077.989.15-0 e 00007079.989.15-8, as empresas/consórcios que se encontrem em recuperação judicial deverão apresentar a **CERTIDÃO POSITIVA** desde que demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento dos demais requisitos de habilitação econômico-financeira.

9.5. DECLARAÇÃO

9.5.1. Declaração de regularidade no Ministério do Trabalho, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme abaixo:



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, DECLARO, sob as penas da Lei, que a referida empresa encontra-se em situação regular no Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

9.6. DOCUMENTAÇÃO PARA FORNECEDORES CADASTRADOS

9.6.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral Completo - CRC, emitido pelo SEMAE com validade na data limite de apresentação dos envelopes.

9.6.2. A licitante deve apresentar ainda declaração de que após a emissão do CRC não ocorreu fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, conforme abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, DECLARO, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação desta empresa no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

9.6.3. No CRC serão analisados somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do referido certificado, mesmo que estejam com a validade expirada.

9.6.4. Se os documentos exigidos para fins de habilitação estiverem com o prazo de validade vencido, ou não constarem no CRC, a licitante deverá inseri-los no envelope "Documentos".

9.7. OBSERVAÇÕES

9.7.1. Documentos de habilitação jurídica emitidos em outros países devem ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o português por tradutor juramentado.

9.7.2. Todos os documentos apresentados deverão ser originais, cópia autenticada em cartório, publicação no órgão oficial ou extraídos via Internet e estar em validade na data limite de apresentação dos envelopes, exceto o CRC do SEMAE que poderá ser cópia simples.

9.7.3. Todas as declarações apresentadas nesta licitação deverão ser formuladas, de preferência, em papel timbrado da empresa e conter, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante ou do procurador devidamente constituído.

9.7.4. A licitante que pretende dar execução ao contrato por filial, deverá apresentar os documentos habilitatórios referentes à situação desta, mais aqueles documentos que somente são emitidos em nome da matriz.

9.7.5. Para efeito da validade das certidões exigidas para habilitação, se outro prazo não constar em lei ou no próprio documento, o prazo de validade será considerado 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

9.7.6. Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.

9.7.7. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), por ocasião da participação deste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pelo Pregoeiro



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

constarão da respectiva ata.

10.2. De todas as reuniões públicas o Pregoeiro lavrará ata circunstanciada a ser assinada pelos representantes dos licitantes presentes que assim o desejarem.

10.3. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, conforme art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.3.1. Caberá ao Pregoeiro, atendendo ao princípio de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, decidir sobre a possibilidade de retificação ou complementação de informações.

10.4. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão pública de processamento do Pregão, iniciando-se com o recebimento e verificação do credenciamento.

10.5. Após os respectivos credenciamentos e verificação da Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, as licitantes entregarão ao Pregoeiro os envelopes “Proposta” e “Documentos”.

10.6. Após a finalização da fase de credenciamento serão abertos os envelopes propostas.

10.7. Encerrada a etapa de lances, será feita a negociação com o autor da melhor oferta seguida da verificação dos documentos de habilitação.

10.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.9. Até a assinatura do contrato, a autoridade poderá desclassificar, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, a licitante que revele inidoneidade ou incapacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa.

10.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal, se necessário, para a abertura da fase recursal.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

11.1. A análise das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

11.2. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções nos casos de eventuais erros encontrados.

11.2.1. O valor estabelecido na proposta será ajustado de acordo com o valor corrigido pelo Pregoeiro, prevalecendo sempre o menor valor encontrado.

11.2.2. A licitante que não aceitar as correções efetuadas terá sua proposta desclassificada.

11.3. Serão desclassificadas as propostas que:

11.3.1. Não atenderem as exigências legais e as deste edital no todo ou em parte.

11.3.2. Apresentarem proposta alternativa.

11.3.3. Ofertarem serviços cuja especificação técnica não atenda às exigidas no edital.

11.3.4. Consignarem prazo de validade da proposta inferior a 60 (sessenta) dias.

11.3.4.1. A contagem do prazo constante no subitem anterior será suspensa quando da interposição de recurso administrativo, nos termos do § 2º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93.

11.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

11.4.1. MENOR PREÇO POR HORA;

11.4.2. Proposta de menor preço e demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

11.4.3. Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no subitem anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três).

11.5. Se ocorrer empate entre as propostas escritas e incluídas na seleção prevista neste edital, serão todas selecionadas para a etapa de lances verbais.

11.6. A fim de evitar a redução indiscriminada nos lances ofertados, é prudente que o ofertante



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

tenha em mente, todos os custos e lucro que possam constituir o lance mínimo real a que se poderá alcançar, pois não serão aceitas desistências posteriores devido à imprudência, ficando a licitante, nestas condições, sujeita às penas legais e editalícias.

11.7. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

11.8. A licitante sorteada com o maior número poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

11.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

11.10. A recusa em ofertar lances verbais importará tão somente na ordem de classificação da proposta escrita.

11.11. Encerrada a etapa de lances, em não sendo a proposta apresentada pelas microempresas e empresas de pequeno porte a mais bem classificada, será assegurado o exercício do direito de preferência nos seguintes termos:

11.11.1. Quando houver empate, entendido como aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.11.2. Nesse caso, a beneficiária poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como melhor oferta na fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a vencedora do certame.

11.11.3. A apresentação da proposta deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

11.11.4. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer preferência e apresentar nova proposta.

11.11.5. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta na fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.11.6. Na hipótese da desistência ao exercício do direito de preferência, da inabilitação ou da não contratação de microempresa e empresa de pequeno porte, será realizada negociação com a melhor proposta originalmente vencedora da fase de lances.

11.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando cumpridos os requisitos da LC n.º 123/2006 ou todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

11.13. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com o preço máximo estipulado pelo SEMAE, coerente com a execução do objeto ora licitado.

11.13.1. Antes de desclassificar qualquer proposta em razão dos preços estarem excessivamente superiores ao estimado pelo SEMAE, poderão ser estabelecidas por meio de acordo com a licitante ofertante do menor preço, novas bases condizentes com os preços de mercado.

11.13.2. Antes de desclassificar qualquer proposta por preço manifestamente inexequível, intimará o licitante para que apresente, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da intimação, a composição de seus custos para comprovação da exequibilidade do preço proposto.

11.14. Será considerada vencedora a proposta ofertante do **MENOR PREÇO POR HORA**.

11.15. Ao final, serão classificadas todas as propostas sendo que, da segunda colocada em diante a classificação será considerada como provisória em razão da necessidade de análise dos preços propostos e dos documentos de habilitação.

11.16. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, o processo será remetido à autoridade superior para deliberação quanto à reabertura do certame ou aplicação da norma contida no § 3º, do art. 48, da Lei n.º 8.666/93.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DE DOCUMENTOS

12.1. Após a finalização da fase de classificação será aberto o Envelope n.º 02 - Documentos do autor da oferta de menor preço para conferência e exame da documentação nele contidas.

12.2. Eventuais falhas ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação,



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.3.A verificação será certificada e atestada pelo Pregoeiro, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.4.A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.

12.4.1. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a Licitante será inabilitada, com exceção à comprovação de regularidade fiscal, que tem procedimento de saneamento próprio, previsto neste edital.

12.5.No caso dos documentos apresentados por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do momento posterior à declaração de vencedor da licitação, para que a licitante regularize a documentação.

12.5.1. Referido prazo poderá ser prorrogado, a pedido da licitante e mediante concessão do Pregoeiro, podendo o pedido ser indeferido em razão da urgência da contratação.

12.6.Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.7.Não havendo a apresentação da documentação ou a sua não regularização no prazo previsto no presente edital, a licitante será inabilitada e implicará na decadência do direito à contratação, bem como nas sanções cabíveis.

12.8.Caso todas as empresas sejam inabilitadas, o processo será remetido à autoridade superior para deliberação quanto à reabertura do certame ou aplicação da norma contida no § 3º, do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. A licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção durante a sessão pública, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de razões, as quais deverão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou protocolizadas no Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, situado na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, Bairro Alto, em Piracicaba/SP, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 10 às 14 horas, ininterruptas, ficando as demais licitantes intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na decadência do direito de recurso.

13.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente.

13.4. O Pregoeiro franqueará aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até o seu término, vista e extração de cópias do processo de licitação, mediante requerimento e recolhimento de emolumentos, junto à Caixa Econômica Federal – CEF, para reembolso dos serviços reprográficos.

13.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação do procedimento.

13.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DOS PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1.Após o julgamento da proposta e a homologação do certame, na forma estabelecida neste edital, será efetuado o registro dos preços cuja proposta foi classificada em primeiro lugar.

14.2.A existência do registro de preços não obriga o SEMAE a executar os serviços unicamente com aquele licitante que tiver seu preço registrado, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

14.3.Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Detentor ficará obrigado a executar os serviços, observadas as condições da própria Ata.

14.4.A execução se dará conforme previsto neste edital e na ata de registro de preços.

14.5.O inadimplemento de qualquer item deste edital ensejará, a critério do SEMAE, o cancelamento do registro do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital e na ata de registro de preços.



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

14.6. Trimestralmente, o SEMAE efetuará a publicação dos preços registrados no sistema, no Diário Oficial do Município de Piracicaba, em jornal de grande circulação e na página oficial do SEMAE na Internet.

15. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços será firmada entre o SEMAE e a empresa que apresentou a proposta classificada em primeiro lugar no presente certame licitatório.

15.2. A adjudicatária deverá assinar a Ata de Registro de Preços junto a Administração de Contratos, dentro de **02 (dois) dias úteis**, mediante convocação efetuada através de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

15.3. As despesas e providências inerentes à assinatura da ata serão de total responsabilidade da licitante vencedora.

15.4. O convocado deverá providenciar como condição para assinatura da ata:

15.4.1. Indicação do responsável pela assinatura, contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CNPF/MF.

15.4.2. Indicação do representante da CONTRATADA durante a execução do contrato a fim de garantir seu cumprimento de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

15.4.3. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, *quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social*.

15.4.4. Estatuto ou Contrato Social da empresa, caso tenham ocorrido alterações que envolvam a representação legal da licitante, após a entrega dos envelopes.

15.5. Quando a licitante convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não cumprir as disposições dos itens anteriores ou recusar-se a assinar a Ata serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba e veiculação na Internet e a nova sessão pública do pregão se processará de acordo com o disposto neste instrumento.

16. DO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

16.1. A contratação do objeto desta licitação será formalizada, nos termos do disposto no art. 62, da Lei de Licitações, mediante Empenho e Autorização de Fornecimento, na forma da minuta constante no Anexo 3 e demais condições previstas neste edital.

16.2. Quando a adjudicatária convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, nos termos do inc. XXIII, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/02, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação e neste instrumento.

16.3. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba e veiculação na Internet e a nova sessão pública do Pregão se processará de acordo com o disposto neste instrumento.

17. DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. Os serviços deverão atender às especificações exigidas pelo SEMAE, e ser executados de acordo com o estabelecido neste edital e seus anexos.

17.2. Os serviços somente terão início após a integração dos funcionários da CONTRATADA relacionados com a execução do contrato, promovido pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho do SEMAE.

17.3. Apresentar, em até **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato/autorização de fornecimento os documentos exigidos no item 1.2 do Memorial de Segurança.

18. DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O faturamento e o pagamento serão efetuados de acordo com a quantidade de serviços efetivamente executados e com o disposto na ata de registro de preços.



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

19. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

19.1. O objeto da licitação deverá ser recebido conforme estabelecido na ata.

20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O contrato terá vigência até a utilização total do valor empenhado, ou até o último dia da ata de registro de preço, o que ocorrer primeiro, contada a partir do primeiro (1º) dia útil de sua assinatura, observadas as disposições do art. 110 da Lei Federal n.º 8.666/93, e não poderá ultrapassar a vigência da Ata de Registro de Preços.

21. DO REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. Os preços são fixos e irredutíveis nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

21.2. O equilíbrio econômico-financeiro transcorrerá de acordo com o estabelecido na ata de registro de preço.

22. DAS PENALIDADES

22.1. As sanções para o caso de inadimplemento são aquelas definidas na Lei Federal n.º 8.666/93, neste edital, na ata de registro de preços.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23.1. As impugnações aos termos do presente Edital somente poderão ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura das propostas, nos termos da Instrução Normativa n.º 04/2011, mediante petição fundamentada, a ser enviada para o endereço eletrônico licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou protocolizadas no Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 10 às 14 horas, ininterruptas, dirigidos ao Senhor Presidente do SEMAE.

23.2. Os recursos previstos na Lei n.º 8.666/93 deverão ser interpostos mediante petição fundamentada e enviada para o endereço eletrônico licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou protocolizadas no Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, situado na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, Bairro Alto, em Piracicaba/SP, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 10 às 14 horas, ininterruptas.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. Os recursos orçamentários relativos às despesas objeto do contrato serão atendidos pela Dotação 37 – Código Orçamentário 33903900 e Programa de Trabalho 323170.1745200232.408 do exercício de 2020.

24.2. Em exercícios futuros correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para o atendimento de despesa da mesma natureza.

25. DAS DEFINIÇÕES PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

25.1. Até a fase de abertura, os pedidos de informações e esclarecimentos somente serão aceitos **por escrito**, devendo ser encaminhados ao Setor de Suprimentos pelo e-mail licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br ou pessoalmente no prédio Administrativo do SEMAE, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 16 horas, ininterruptas.

25.2. Da fase de abertura dos envelopes até o encerramento da licitação, as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.3. As retificações, esclarecimentos ou quaisquer outras informações a respeito da licitação que venham ocorrer antes da abertura do certame, serão disponibilizados na internet, no site oficial do SEMAE www.semaepiracicaba.sp.gov.br e, quando obrigatório, publicados no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

25.4. O SEMAE não se responsabiliza pela comunicação dos fatos diretamente aos interessados sob nenhuma outra forma, a não ser aqueles que demonstrarem interesse em participar do certame, enviando o protocolo formal, através do e-mail licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PRESENCIAL

EDITAL – REQUISIÇÃO N.º 1168/2020

PREGÃO N.º 76/2020 - PROCESSO N.º 2285/2020

26.1. O aviso contendo o resumo do presente edital será publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba, Diário Oficial do Estado de São Paulo e afixado no quadro de avisos na sede do Semaie à rua XV de Novembro, 2.200 – Bairro Alto – Piracicaba/SP.

26.2. Havendo fato impeditivo quanto às publicações no Diário Oficial do Município de Piracicaba, as mesmas serão feitas somente no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

26.3. O edital poderá ser consultado/obtido, gratuitamente, no endereço www.semaepiracicaba.sp.gov.br ou adquirido no Setor de Protocolo, mediante o recolhimento de R\$ 10,00 (dez reais) a favor do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, na Caixa Econômica Federal - CEF, a título de ressarcimento das despesas reprográficas.

26.4. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Piracicaba/SP.

Piracicaba, 18 de julho de 2020.

José Hermes Gallucci
Chefe do Setor de Suprimentos

José Rubens Françoso
Presidente do SEMAE